

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
MUSEU NACIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

PROPOSTA DE CONTINUIDADE

PROJETO ESTUDO SOBRE TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL  
INVASÕES, USO DO SOLO, RECURSOS NATURAIS

DOTAÇÃO:

850-0996

NÃO RISQUE

JOAO PACHECO DE OLIVEIRA Fº

- COORDENADOR -

- OUTUBRO/86 -

## I N D I C E

Pág.

LISTA DE MAPAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE ANEXOS

|    |                        |    |
|----|------------------------|----|
| 1. | APRESENTAÇÃO           | 1  |
| 2. | OBJETIVOS              | 12 |
| 3. | JUSTIFICATIVA          | 17 |
| 4. | REALIZAÇÃO DO TRABALHO | 35 |
| 5. | CRONOGRAMA             | 38 |
| 6. | ORÇAMENTO              | 40 |
| 7. | BIBLIOGRAFIA           | 42 |

## LISTA DE QUADROS

- I - Terras Indígenas - Região Nordeste.
- II - Terras Indígenas - Acre, Amazonas e Roraima.
- III - Municípios em Área de Fronteira e Áreas Indígenas Inci  
dentes - AC/AM/RR.
- IV - Listagem das Terras Indígenas do Brasil.

LISTA DE MAPAS

(1) PDA - Programa de Apoio aos Municípios de Fronteira e  
Programa Calha Norte.

(2) ACRE

(3) ALTO SOLIMÕES

(4) NOROESTE AMAZÔNICO

(5) RORAIMA I

(6) RORAIMA II

(7) NORDESTE

LISTA DE ANEXOS

- (1) Listagem de terras indígenas no Brasil.
- (2) Documentos de trabalho elaborados pela equipe.
- (3) "Questões sobre a organização do arquivo do PETI", Jurandyr Carvalho Ferrari Leite.
- (4) Exemplos de grades de listagem.
- (5) "Codificação do arquivo do PETI", Jurandyr Carvalho Ferrari Leite.
- (6) "Terras indígenas e constituinte: questões políticas", Jurandyr Carvalho Ferrari Leite e Antonio Carlos de Souza Lima. Maio/86.
- (7) "Terras indígenas e constituinte", Jucy Paixão Linhares e Antonio Carlos de Souza Lima. Maio/1986.
- (8) "Por que discutir 'Terras Indígenas' na Constituinte", Lucy Paixão Linhares e Antonio Carlos de Souza Lima. Tempo e Presença, set/86.
- (9) "Projetos Fundiários: Uma proposta de análise da lógica de sua implantação e principais conseqüências para as comunidades indígenas confinantes". Lucy Paixão Linhares. Fevereiro/86.
- (10) "Atrair e pacificar: a estratégia da conquista". Regina Maria de Carvalho Erthal. Fevereiro/86.
- (11) "A produção do indigenismo no contexto da expansão recente sobre a Amazônia: os 'grandes projetos' e a assessoria antropológica". Proposta de Trabalho para o curso de Doutorado em Antropologia Social. Antonio Carlos de Souza Lima. Abril/86.

(12) "Terras indígenas e outras figuras análogas". Julio M. G. Gaiger. ANAI-RS/86.

"Demarcação de Terras Indígenas Localizadas em Faixa de Fronteira". Paulo Machado Guimarães. Assessoria Jurídica do Conselho Indigenista Missionário - CIMI. 25/04/86.

# 1. APRESENTAÇÃO

O P.E.T.I. - "Projeto Estudo Sobre Terras Indígenas no Brasil: invasões, uso do solo, recursos naturais", iniciou formalmente suas atividades no dia 1º de dezembro de 1985, como fruto da ação conjunta das equipes do PPGAS/Museu Nacional e do "Levantamento da Situação Atual dos Povos Indígenas no Brasil"/CEDI.

À parte os procedimentos especificamente ligados ao estudo, as duas equipes, consoante suas dinâmicas próprias, desenvolveram diferentes programas de trabalho, dos quais alguns pontos confluíram para a pesquisa.

Assim, nesta apresentação, destacaremos as atividades específicas à realização do P.E.T.I., bem como as paralelamente desenvolvidas pela equipe do PPGAS/MN. As referentes à equipe do CEDI serão enviadas oportunamente, bem como o relatório de atividades e o financeiro (este a cargo do CEDI) o serão até 31 de dezembro, prazo designado por esta Fundação. Da mesma forma, as diretrizes de atuação e a proposta de trabalho apresentadas neste texto referem-se tão somente à primeira equipe, e será na medida dos pontos de contato entre estas e a do CEDI que se efetivará um Convênio entre ambas as instituições.

Um breve relato das realizações até agora obtidas e da programação proposta ainda dentro desta mesma dotação, torna-se importante como forma de dimensionar o que pode ser considerado como acumulado até o presente momento e, logo, ponto de partida imprescindível a um pedido de renovação do projeto.

com seus objetivos específicos.

### 1.1 Atividades diretamente referidas ao estudo sobre terras indígenas

A primeira atividade sistematicamente desenvolvida pela equipe do P.E.T.I. foi a elaboração de uma listagem geral das terras indígenas a partir de documentação da FUNAI, de material acumulado pelo CEDI e por informações provenientes da rede de colaboradores regionais. Tal atividade ocupou diferentes membros das duas equipes, em momentos variados, desdobrando-se até o presente quando atinge sua forma mais acabada (por que retificável) e computadorizada, tendo sofrido ao longo desses meses diversas reelaborações, sendo produzida por diferentes versões e formas remissivas.

A elaboração dessa listagem atende a uma das propostas do P.E.T.I., i.é, a criação de instrumentos de trabalho que possibilitem a constituição de uma sistemática de abordagem da questão das terras indígenas no Brasil em corte nacional que viabilize tanto a ação prática quanto a reflexão acadêmica. O fraco grau de sistematização e o desconhecimento de dados empíricos mínimos são, talvez, duas das características primárias do "saber" indigenista.

A Situação das Terras Indígenas, forma de registro da globalidade das terras reconhecidas pelo órgão indigenista oficial, apresenta diversos problemas quanto à qualidade das informações referenciadas, alguns dos quais achavam-se já apontados no texto de encaminhamento do Projeto, outros mais tarde

destacados em textos produzidos pela equipe. A listagem elaborada será divulgada como parte do ACONTECEU/POVOS INDÍGENAS - 1985, publicação anual, até esta data, editada pelo "Levantamento da situação atual dos Povos Indígenas no Brasil", de a cordo com o texto aqui anexado, na qualidade de sua apresentação, do qual consta a categorização elaborada para classificá-las no que se refere à situação jurídica (Anexo 1).

Esta listagem deverá constituir, ainda, uma das publicações a serem editadas, enquanto produtos de caráter sobre tudo informativo, pelo P.E.T.I.. Pretende-se que, para esta ocasião, ela seja acompanhada de índices remissivos por seus diversos tópicos, de uma apresentação e de uma introdução mais abrangentes.

O passo seguinte consistiu na coleta, organização e arquivamento do material sobre terras indígenas disponível tanto no Museu Nacional, produto de investigação anteriormente realizada por João Pacheco de Oliveira Filho e Alfredo Wagner Berno de Almeida, na FUNAI, durante os meses de novembro de 1984 a fevereiro de 1985, quanto no arquivo do CEDI/SP. O trabalho se iniciou pela documentação do Museu Nacional, tendo consistido no fichamento para constituição de um catálogo do arquivo, e para tanto, de critérios mínimos de recensão para cada série documental. Tais critérios foram objeto de elaboração de documentos de trabalho, como passaram a ser chamados todo e qualquer texto produzido como parte das atividades de pesquisa e organização (cf. Anexo 2 para alguns exemplos).

Por sua vez os critérios de recensão achavam-se norteados por planos sucessivamente reelaborados de arranjo do ar

quivo em organização, o primeiro dos quais pré-existe ao início formal do Projeto, tendo esta atividade sido objeto do trabalho, sobretudo, de Jurandyr Carvalho Ferrari Leite. Os textos referentes ao arranjo do arquivo constituem o Anexo 3 desta proposta, e sua leitura demonstra os avanços obtidos no sentido de produção também desta sistematização de conhecimentos sobre a questão acima referida, já que arquivo deve ser entendido aqui como instrumento de trabalho, e não como depósito, sendo sua organização fruto de discussão da equipe e tarefa não redutível a seu aspecto técnico, portanto à competência específica do arquivista.

A essa organização inicial seguiu-se a de material sucessivamente recolhido em Brasília, na Coordenadoria de Terras Indígenas do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrários (MIRAD), por Jurandyr C. Ferrari Leite e Antonio Carlos de Souza Lima, respectivamente nos meses de fevereiro e março, e por Ana Lucia Lobato de Azevedo e Lucy Paixão Linhares, em abril, na FUNAI, no MIRAD e no INCRA, também em Brasília. A tal coleta veio se juntar a remessa regular de documentação sobre a situação fundiária de áreas indígenas em tramitação no GT-Dec.88.118/83, solicitadas por João Pacheco de Oliveira Filho à Divisão de Patrimônio Indígena (DPI)/FUNAI, quando de sua gestão na Coordenadoria de Terras Indígenas (CTI)/MIRAD, reprodutida e arquivada pela Profa. Rita Lazarin, remessa esta que continua a ser feita. Durante o mês de setembro Lucy Paixão Linhares realizou, ainda, levantamento de documentação no INCRA, em Brasília, além de entrevistas com funcionários da agência. Da mesma forma, Regina Maria de Carvalho Erthal fez u

ma leitura exploratória, da coleção de Boletins Administrativos da FUNAI do Setor de Documentação do Museu do Índio.

As atividades de classificação, fichamento e arquivo do material juntou-se a de listagem das diversas séries arquivadas, constituindo-se estas listas em outros tantos instrumentos de trabalho, cujo objetivo é facilitar a obtenção de novos documentos e possibilitar inferências primárias sobre a ação da agência indigenista. As grades de listagem dos diversos tipos de documentos pelo P.E.T.I. arquivados constituem-se no Anexo 4 desta proposta.

Em termos ainda de organização documental, no mês de maio foi elaborada a proposta de codificação do arquivo e foi iniciada a ordenação do fichário de referência da documentação, que se acha organizado por ordem alfabética de áreas indígenas (cf. Anexo 5).

O arquivo elaborado e sediado no PPGAS/MN, permite, por um lado, uma análise dos processos sociais envolvidos na problemática das terras indígenas, tal se refletindo na divisão em grupos dos documentos no arquivo (Processo de Demarcação; Mineração, Invasões; Conflitos; Uso do Solo; Projetos Fundiários; Projetos Econômicos), e dentro destes em séries particulares. Por outro lado, permite uma recuperação da documentação através do fichário, referida primariamente à unidade de análise do projeto — terra indígena — que pode ser ampliada a temas específicos por meio da multiplicação das fichas, na medida das necessidades analíticas. Realiza-se, por meio de um processo mecânico, operações que deverão estar cobertas numa futura informatização do arquivo.

Atendem-se, assim, as funções de acumulação, conservação e expansão do acervo, intrinsecamente ligadas à feição prática a que se propõe o Projeto como, na medida da qualificação e controle propiciados pelo arranjo adotado para o arquivo, permite a análise do material com a produção de uma sistemática sociológica que instaure e permita a constituição propriamente científica da questão.

## 1.2 Outras atividades desenvolvidas pelos pesquisadores sediados no PPGAS/MN

Os desenvolvimentos paralelos realizados por essa equipe de pesquisadores podem ser divididos em dois tipos:

### 1.2.1 Atividades relativas aos movimentos indígena e indigenista

A participação em alguns eventos dos pesquisadores se deu de forma tanto individual como coletiva.

Ana Lucia Lobato de Azevedo participou da reunião de advogados ligados ao indigenismo, promovida pelo Conselho Indigenista Missionário, realizada em Brasília, ao longo do mês de abril. Após tal reunião e o levantamento de documentos acima citado, a pesquisadora seguiu para a Paraíba, com recursos fornecidos pelo PPGAS/MN, como parte das atividades relativas à sua dissertação de mestrado, referente ao processo administrativo e judiciário de regularização da terra Potiguar vista através da política local. Durante esta viagem a pesquisadora

manteve contato com o Coordenador do CIMI-NE, e realizou assessoria aos líderes Potiguara em suas reivindicações por suas terras, para tanto havendo retornado a Brasília.

Em maio, do dia 1º ao dia 5, Antonio Carlos de Souza Lima ministrou curso de História do Indigenismo na Operação Anchieta, em Cuiabá, dentro do curso mais global de formação de indigenistas, realizado pela instituição, forma de participação que o pesquisador desenvolve há já dois anos, no mesmo sentido da assessoria mais ampla fornecida por João Pacheco de Oliveira Fº.

Ainda em maio durante os dias 9 e 10, a equipe do P.E.T.I., à exceção de Ana Lucia Lobato de Azevedo, ainda em viagem, participou da reunião promovida pela União das Nações Indígenas e organizada em sua sede pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, com patrocínio da Fundação Ford, no sentido de reunir subsídios à formulação de um programa mínimo, no que tange à questão indígena, a ser encaminhado aos candidatos a eleição para o Congresso Constituinte vindouro. Para esta reunião, dois membros da equipe do P.E.T.I. prepararam um pequeno texto para discussão (Anexo 6). Como parte dos resultados da reunião, os membros do projeto assumiram a tarefa de redação de um texto relativo à questão de terras indígenas e constituinte, para circulação como parte de um caderno sobre a questão indígena no contexto da Constituinte (Anexo 7). A posterior redefinição dos produtos do encontro determinou a não realização do caderno de textos e a publicação do trabalho referido, sob forma reduzida como parte do número 212 da revista Tempo e Presença (Anexo 8).

### 1.2.2 Atividades de formação de quadros

Quanto às atividades de caráter acadêmico, Ana Lucia Lobato de Azevedo, Lucy Paixão Linhares e Antonio Carlos de Souza Lima participaram do GT Terras Indígenas, coordenado por João Pacheco de Oliveira Fº, na XV Reunião Anual da Associação Brasileira de Antropologia, realizada em Curitiba, de 22 a 24 de março. As reuniões do GT foram gravadas, achando-se já transcritas, para posterior encaminhamento aos expositores com fins de revisão e futura possível divulgação.

Ainda como parte das atividades de formação de quadros, a equipe do projeto no PPGAS tem se ampliado com a inserção, desde o mês de abril, de Henyo Trindade Barreto Fº, Rogério Santos Victor e Sidnei Clemente Perez e, mais recentemente, de Frederico Raphael Carelli Durão Brito que, na qualidade de estagiários (não remunerados a princípio e sob remuneração a partir do presente mês) vieram a se juntar a Rosa Maria Pires Carneiro e Kátia Regina Pacheco Velloso, bolsistas de iniciação científica do CNPq sob orientação do coordenador da equipe.

Com exceção de Kátia Regina, cujo trabalho acha-se remetido a uma análise em perspectiva histórica da constituição do indigenismo no Brasil, os estagiários estão diretamente engajados no processo de trabalho, preparando-se para discriminar áreas de pesquisa de interesse próprio, sob a orientação de João Pacheco de Oliveira Fº e dos demais membros da equipe.

Ainda como atividades que podem ser consideradas dentro desta subdivisão específica, Lucy Paixão Linhares e Regina Maria de Carvalho Erthal, ambas alunas desligadas do PPGAS/MN,

e orientadas de João Pacheco de Oliveira Fº, retomaram seus trabalhos de dissertação, redigindo projetos de pesquisa sobre temas relativos a questões direta ou indiretamente relacionadas com o P.E.T.I. (Anexo 9 e Anexo 10). Antonio Carlos de Souza Lima candidatou-se, sendo aprovado, ao curso de doutorado em Antropologia Social do PPGAS/MN, desenvolvendo proposta de estudo relacionada às preocupações do projeto (Anexo 11). João Pacheco de Oliveira Fº defendeu sua tese de doutorado (OLIVEIRA Fº, 1986) no dia 08 de setembro passado e Ana Lucia Lobato de Azevedo defenderá sua dissertação de mestrado durante o mês de dezembro. Embora tais projetos não sejam realizados durante o tempo de trabalho dedicado ao projeto, à exceção da dissertação de Ana Lucia Lobato de Azevedo, diretamente vinculada à questão e considerada como parte integrante do que virá a ser o relatório final da equipe, eles se acham ligados e dinamizados indiretamente, pelo vínculo dos pesquisadores ao P.E.T.I.

A equipe iniciou, ainda, no mês de setembro uma série de seminários internos com fins a produzir uma sistemática a qual desemboque, futuramente, num Seminário Permanente sobre Indigenismo e Etnologia no Brasil, sediado no PPGAS/MN.

### 1.3 Programação para 1986

Para o período final deste ano e, possivelmente, do início do próximo, pretende-se realizar algumas atividades que viriam a encerrar adequadamente os compromissos assumidos pelas equipes dentro das possibilidades demarcadas pelo trabalho concreto realizado até o momento.

Assim, acham-se em preparação pela equipe do P.E.T.I. diversos textos de caráter analítico sobre alguns dos aspectos que a documentação compulsada sugeriu. Os trabalhos estão pensados como contribuições possíveis a uma redefinição da política fundiária no tocante às terras indígenas no Brasil. Tais textos deverão vir a ser divulgados nos próximos meses através de pequenos seminários a serem realizados no PPGAS/MN, e posteriormente publicados em escala ampliada.

Deste conjunto alguns textos terão sua divulgação divulgada através de pequenas publicações, dado a seu caráter factual/informativo, a exemplo da listagem de terras indígenas.

Dando conta das atribuições de ordem prática que fazem parte da agenda do Projeto, prepara-se para próximo o envio de reproduções de parte da documentação em arquivo, referente ao processo jurídico de regularização fundiária de terras indígenas, a agentes da rede de colaboradores, que no presente momento estejam diretamente engajados em lutas pela de marcação.

O objetivo desta remessa é, cumprindo a função de assessoria aos movimentos indígena e indigenista, apresentar o trabalho realizado pelo P.E.T.I. até o presente momento, colocando seu arquivo, enquanto elemento dinâmico e ágil, de fácil acesso e utilização, à disposição para consulta. Com isso crê-se ser possível estabelecer um fluxo regular de informações sobre a questão, iniciado não a partir do pedido mas sim do fornecimento de material, o que conferiria ao arquivo um aspecto real e não virtual, sendo isto um dos fins do próprio Projeto.

Exatamente com o objetivo acima descrito pretende-se

dar os primeiros passos, durante o mês de dezembro, no sentido da informatização do arquivo, o que permitiria a obtenção de resumos de fácil manuseio para consulta e fornecimento de informações. A principal forma de recuperação do material será aquela por área indígena, critério que, como já se disse, orienta primordialmente a organização do fichário do Projeto.

Creemos, pois, que acumulamos dados, ao longo do período de dezembro de 1985 até o presente, em termos de documentação, no que se refere a conhecimentos sobre o processo jurídico de regularização fundiária das terras indígenas, e também em termos de organicidade interna. Tal nos permitira propor, como continuidade deste trabalho, um estudo mais localizado, voltado para a pesquisa em área, como meios que além de reverterem para o conhecimento da situação em termos propriamente científicos, venham a repassar informações e elementos de análise aos movimentos indígenas, de maneira dinâmica e a suscitar um maior contato com os grupos de diferentes regiões em relação às formas de organização frente ao branco, sobretudo para a luta por suas terras, percebendo-se as diferenças surgidas a partir de variáveis como as culturas dos grupos em questão, a trajetória de contato com a sociedade nacional, a situação da região em termos atuais no que se refere aos planos do Estado, às agências de contato em atuação, e aos demais atores sociais presentes.

## 2. OBJETIVOS

O encaminhamento deste Projeto, pelos próximos 3 anos, tem como objetivo principal o estudo das formas de organização indígena pensadas em relação a casos concretos de mobilização e resistência frente ao branco, destacando-se os processos diretamente relacionados à luta pela terra, tomados também em relação à construção diferencial da indianidade (e seus múltiplos determinantes) nos casos a serem abordados, sobretudo destacando-se as situações de conflitos interétnicos. Seria assim possível aprofundar os conhecimentos relativos à atuação das agências de contato, às práticas jurídicas atualizadas em atritos entre índios e brancos, pensadas em termos situacionais (GLUCKMAN, 1969; VAN VELSEN, 1967), dando seguimento de maneira mais rica e direta a uma análise das invasões das terras indígenas que seja norteada por preocupações de caráter antropológico.

Pretende-se que este tipo de conhecimento seja produzido a partir da realização de pequenos estudos locais, tal vindo a determinar, na medida da extensão das áreas de pesquisa a serem selecionadas, uma multiplicação dos elementos envolvidos no trabalho. Isto não significa, porém, uma expansão descabida das proporções da equipe do Projeto mas, isto sim, da sua atuação enquanto estimuladora de um esforço que a transcenda. Portanto, repassando os conhecimentos até agora obtidos e qualificando quadros engajados nos movimentos indígena e indigenista que, conhecedores das suas áreas de ação possam vir a se mobilizar para um trabalho de aprofundamento, desnaturalização

de algumas pré-noções assumidas e sistematização de conhecimentos já obtidos, a equipe cumpriria parte das atribuições de pesquisa e acompanhamento aqui assinaladas.

Paralelamente dar-se-á seguimento à análise da política indigenista e do indigenismo atuais, em relação às demais políticas do Estado, sobretudo à geopolítica (preocupação sobretudo dos segmentos militares), à política fundiária, bem como às ideologias que as têm norteado, na medida de sua relação com as situações concretamente abordadas, bem como à manutenção e constituição de instrumentos que atendam à dinâmica de corte nacional.

Isto significa continuar trabalhando no depuramento das listagens de terras indígenas já constituídas, assim como produzir outros instrumentos do gênero. Pelo momento podemos divizar a possibilidade de, utilizando futuramente a computadorização das informações e recuperando-as por terra indígena, constituir pequenos "dossiês" acerca de cada uma dessas unidades, nos quais estariam lançadas informações referentes não apenas ao processo de regularização fundiária das mesmas, mas também sobre invasões, conflitos interétnicos, políticas públicas em ação na região, mineração, projetos econômicos, etc.

Pretende-se criar, portanto, formas de reter informações referentes e tais questões — o que faz pensar em cadastros específicos acerca das mesmas — inclusive aquelas advindas do atendimento telefônico a agentes de área, e de introduzi-las em computador. Todas estas informações deverão ser passíveis de recuperação através do dado cronológico (data do acontecimento e/ou de entrada no sistema de registro do Projeto)

que permita a constituição de quadros sugestivos da dinâmica histórica de cada terra indígena.

Em termos das questões que se pretende destacar nesta etapa do trabalho, dar-se-á ênfase às regiões do Acre, do Oeste do Amazonas, bem como à de Roraima, palco que são de uma articulação específica de forças econômicas e políticas regionais, nacionais e internacionais a qual as faz prioridades do "desenvolvimento nacional", cuja melhor expressão discursiva parece ser, pelo momento, o texto do projeto do Iº Plano de Desenvolvimento da Amazônia da Nova República (BRASIL, 1986. Do ravante citado como PDA).

Segundo o texto do Iº PDA as regiões mencionadas se acham sob a ação de alguns de seus programas prioritários, como o POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento Rural do Noroeste do Brasil, o PMACI - Programa de Proteção às Comunidades Indígenas e Preservação do Meio Ambiente na área de influência da BR-364 (Porto Velho-Rio Branco) e o PLANACRE - Programa de Apoio ao Estado do Acre; Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do INCRA, nos Estados do Amazonas, Acre e Território Federal de Roraima; PROJETO CALHA NORTE - Desenvolvimento e Segurança na Região Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas, todos estes considerados como de caráter sub-regional, assim como o Programa de Apoio aos Municípios de Fronteira, o Programa Regional de Reforma Agrária e o Programa Regional de Levantamentos Básicos, todos eles enfocados como prioritários (PDA, p. 111 e ss), e, à exceção do quarto, do antepenúltimo e do penúltimo, nominado explicitamente a necessidade de atuação junto às populações indígenas. Os mapas forne

ce uma visão gráfica das regiões abrangidas pelos programas supra-citados, bem como os subseqüentes apresentam as terras indígenas nelas localizadas, devendo ser relacionadas ao quadro I (Municípios/Terra Indígena).

Tenciona-se, ainda, incluir áreas do Nordeste (cf. mapas e quadros) na órbita mais específica da nova etapa do Projeto de modo a fornecer exatamente um contraponto à situação dos grupos indígenas das regiões selecionadas da Amazônia, já que as primeiras apresentam formas bastante diferenciadas tanto de estruturação social, quanto de constituição da indianidade — em muitos casos só recentemente reconhecida pelo órgão indigenista —, constituindo-se na região onde o processo de regularização fundiária tem avançado com mais lentidão e a própria movimentação dos povos indígenas surgiu mais recentemente, apresentando especificidades bastante marcadas. Caberia lembrar ainda que, historicamente, o Nordeste foi ponto de partida da ocupação territorial brasileira, tendo os grupos localizados o maior tempo de contato com a sociedade nacional, havendo passado por diferentes situações de dominação, enquanto a região da Amazônia pode ser tomada como aquela em que se assiste agora ao fechamento da fronteira agrícola no Brasil, sendo passíveis de serem concebidas como regiões polares.

Primordialmente, trata-se de refletir acerca das possibilidades futuras daqueles que em termos mais recentes se acham sob pressões intensivas da parte de segmentos da Sociedade Nacional e do Estado, pressão que se reflete, sobretudo, na possibilidade de controle sobre a terra, contribuindo com a luta destes povos através da divulgação de dados, de análises de

conjuntura, inclusive de processos locais de mobilização de índios e entidades indigenitas. Assim se estaria levantando da dos importantes no sentido da auto-determinação dos grupos em questão bem como de sua sobrevivência étnica, ao mesmo tempo que refletindo acerca das políticas públicas que os afetam ora em implementação.

### 3. JUSTIFICATIVA

Em termos do objetivo mais específico deste projeto, isto é, a análise do processo de regularização fundiária das terras indígenas, dos embates que suscita aos níveis local, regional e nacional —, as articulações entre as variadas agências envolvidas na disputa política que configura, nestes diferentes espaços, o desenvolvimento de cada demarcação de área indígena, as ideologias em jogo e sua concretização em políticas públicas de caráter variado, bem como as ações estabelecidas em relação a elas pelos grupos indígenas e suas estratégias diferenciais frente ao colonizador, estruturam um mesmo campo de interação.

Deste ponto de vista, cabe destacar a importância assumida pelas posições detidas pelo Estado através de suas diversas agências, expressas, por vezes, em tomadas de posição contraditórias. Conseqüentemente, torna-se relevante, sobretudo para os grupos indígenas envolvidos de forma direta em ações específicas do Estado tutor, o conhecimento das diretrizes e das formas de implementação mais globais que as norteiam, seu acompanhamento (no caso daquelas em curso) e sua crítica.

É neste sentido que se toma, enquanto foco analítico, algumas regiões sob a atuação do Iº PDA da Nova República, concebido aqui, como referido acima, na qualidade de expressão discursiva de um projeto político para a Amazônia, logo a ser objetivamente percebido por meio dos variados programas que nele estão abarcados, alguns dos quais já anteriormente existentes, sendo esses suas expressões concretas.

Plano de caráter globalizador merecendo em si maior detalhe e análise aprofundada, apresenta-se como um singular compósito de discursos diferenciados, em que se pretende harmonizar o "desenvolvimentismo", o controle geopolítico, a defesa ecológica, a participação ativa de pequenos e médios produtores no desenvolvimento e na definição de políticas para a região, o desenvolvimento comunitário, a participação de grandes produtores rurais, grandes empresas agropecuárias, mineradoras, o controle estatal sobre a expansão e a preponderância de organismos regionais, e a proteção das comunidades indígenas, com prioridade para a demarcação de suas terras.

Assim, parte-se da constatação de que

"A Amazônia legal, embora seja, internacionalmente, reconhecida como uma das maiores e mais pujantes regiões de recursos do globo terrestre e, portanto, capaz de representar a garantia de um amplo e vigoroso processo de desenvolvimento integral da sócio-economia brasileira, ainda não teve, internamente, o seu verdadeiro reconhecimento, como área preferencial, nas políticas que marcaram a evolução do processo de desenvolvimento nacional.

A visão de um Brasil dividido em macrorregiões diferenciadas, onde a Amazônia é tida como uma Região ainda não suficientemente estudada e não devidamente explorada, tem revelado, de um lado, a sua condição de área motivo de uma permanente cobiça internacional e, de outro lado, a sua condição de reserva de recursos, sempre relegada a um plano secundário, no conjunto das regiões prioritárias brasileiras.

O mais surpreendente de tudo isso é que, enquanto toda a economia mundial, há mais de uma década, se volta para repensar e descobrir fontes de suprimentos de matérias-primas industriais e insumos básicos, para vencer ou atenuar os efeitos indesejáveis desta longa crise, a Amazônia, com todas as suas potencialidades geo-econômicas, ainda não é considerada o fulcro de um planejamento prospectivo da sociedade brasileira.

A ação planejada do governo, em busca do desenvolvimento Nacional, tem considerado a presença e participação da Região Amazônica como sendo um grande repositório de matérias-primas, ou seja, a Amazônia tem representado uma vasta extensão de terra, quase desocupada, à disposição da formação e elevação do Produto Interno Bruto Nacional.

Sob essa ótica, resulta uma ocupação indiscriminada e, até certo ponto, irracional. As riquezas do solo e subsolo, não tendo o reconhecimento do seu valor real e não sendo, ainda, disponível uma tecnologia de exploração racional dessas potencialidades, propiciam o surgimento de uma economia de exploração predatória, contrária aos interesses da sociedade regional e dos princípios conservacionistas dos recursos naturais renováveis." (P.D.A., p.1, grifos nos sos).

O plano caracteriza, mais adiante (Parte 2. A Política de Desenvolvimento Regional, item 2.1. Considerações Gerais) a Amazônia "... como uma prioridade geopolítica. É necessário, portanto, que seja visualizada sob este ângulo, pelo Estado Brasileiro, ao avaliar a sua efetiva incorporação ao processo de desenvolvimento nacional..." (p. 29, grifos nos sos), colocando a necessidade de se tomar "... o homem e seus valores não apenas como destinatário direto de toda a ação governamental, mas, também, como agente co-responsável dessa ação" (idem). Enfatiza-se a necessidade de incorporação das "regiões mais pobres ou mais atrasadas ao processo nacional de desenvolvimento" e a importância do acesso a "novas fontes de geração de riquezas no processo de produção".

O PDA detecta, ainda, como principais obstáculos a serem corrigidos (além da não-priorização da região), o esvaziamento dos instrumentos regionais de gestão econômica e financeira (SUDAM, BASA; BANRORAIMA, FINAM), preconizando a restauração e ampliação de seus poderes e a formulação de uma po

lítica de exploração ecológica da Amazônia que reverta à própria região.

Uma leitura mais cuidadosa do texto poderia demonstrar que o projeto para a região visa, basicamente, "interiorizar e internalizar o desenvolvimento" (p. 30), aprofundando e submetendo a Amazônia ao desenvolvimento capitalista intensivo e repassando esta tarefa aos organismos regionais enquanto estratégia para viabilizar a extensão dos serviços do Estado sobre a região, já que são particularmente recorrentes as idéias de "controle e disciplinamento" sobre a expansão territorial.

Dentro do plano, a questão indígena surgirá mencionada algumas vezes. A primeira delas na parte intitulada "Os Grandes Problemas" (1.2) onde se faz um diagnóstico da situação da Amazônia, e se detectam os "grandes desafios e obstáculos a serem vencidos" nominando, dentre seus "aspectos sociais", a "desagregação das comunidades indígenas, em face da ocupação de suas áreas, pela falta de uma política de demarcação das suas terras" (p. 23).

Volta novamente a ser referida na parte sobre "Diretrizes Globais", em que o PDA destaca a necessidade de "Agilizar a identificação, delimitação e a demarcação das terras indígenas" (p. 31), reaparecendo quando, ao formular a política de recursos naturais (item 3.2) — particularmente nas diretrizes para a exploração de recursos minerais —, se destacam duas, isto é:

" - Disciplinamento das atividades de mineração em áreas indígenas, definição de espaços para garimpagem e fortalecimento da harmonia da mineração com

o meio ambiente;

(...)

- Proibição da atividade de pesquisa e lavra de bens minerais em áreas de reservas legalmente definidas;" (p. 37)

Mais uma vez enquanto parte das diretrizes, desta vez da parte cultural, (3.4. A Política Social) o plano aponta no sentido da:

" - Deflagração de um processo educativo, com vistas a desmistificar o preconceito contra as minorias étnicas discriminadas e segregadas da Região;"

Mas é , também na parte de Política Social, num item específico ("Questão Indígena", p. 56) que são formulados os objetivos e diretrizes do projeto, para os povos indígenas:

#### " - Objetivos

. Respeitar as sociedades indígenas e as suas formas próprias de organização social, econômica, política e cultural, assegurando a posse das terras que ocupam e o direito ao usufruto, exclusivo, das riquezas naturais do solo e do subsolo nelas existentes.

#### - Diretrizes

. Identificação e agilização da demarcação e regularização de terras, em conformidade com os limites territoriais reivindicados pelas nações indígenas;

. Respeito à interdição das áreas ocupadas pelas nações indígenas ainda não contactadas, efetivamente, pelo Órgão Tutelar;

. Articulação de órgãos ou entidades direta ou indiretamente ligados à questão indígena, bem como aqueles ligados à questão fundiária, no sentido de viabilizar uma política indigenista orientada pelas próprias nações indígenas, assegurando a preservação de seus territórios;

. Realização de estudos quanto aos limites territo

riais das áreas indígenas, em especial, os casos que não satisfaçam as reais necessidades das nações indígenas;

. Realização de estudos preliminares que possibilitem evitar, ou minimizar, os impactos decorrentes da implantação de grandes projetos regionais, sobre as nações indígenas;

. Valorização da cultura das sociedades indígenas, impedindo a desarticulação de suas economias e autonomia tribais;

. Execução de uma política indigenista coerente com as aspirações e que respeite a diversidade técnica, atendendo às necessidades das sociedades indígenas;

. Apoio e incrementação das formas de produção autônomas a coletivas, das sociedades indígenas, sem interferência nas suas decisões políticas e econômicas;

. Estímulo à revisão dos programas adotados pelas escolas de 1º e 2º graus, no que se refere à questão indígena;

. Reformulação do ensino ministrado às populações indígenas, de modo a adequá-los às suas culturas." (p. 56/57, grifos nossos).

Apesar da bela retórica caberia destacar que a ênfase na demarcação, na articulação de agências vinculadas à questão, não deve obscurecer o fato de que a intervenção renovada do Conselho de Segurança Nacional na política indigenista, no sentido de sustar os processos de regularização fundiária de grupos em faixa de fronteira, como no caso dos Ticuna (cf. MIRAD/CTI, 1986; e Anexo 12), deixa a nu as contradições entre um plano que se pretende norteado por preocupações de caráter geopolítico, e os interesses indígenas.

O problema das áreas indígenas em faixa de fronteira será retomado abaixo, mas valeria destacar que a idéia de realização de "estudos preliminares" no sentido de "evitar, ou minimizar" os efeitos da implementação de ações de grande porte desvenda, juntamente com a questão supra-referida, um dos pontos fundamentais do projeto: a proposta de desenvolvimento para a região, de fato, não se acha posta em questão, to da a retórica no sentido de participação dos povos indígenas e camponeses não tendo outra intenção senão a de resolver e evitar desequilíbrio a posterior, logo, de maximizar os lucros

do investimento. Na parte de política de ciência e tecnologia (3.5) o plano se refere à atividade de pesquisa em termos de

" - Avaliação dos efeitos sobre as comunidades locais, decorrentes da instalação de grandes projetos na Região, propondo novas formas de atuação comunitária, visando a minimizar os efeitos danosos e a apropriar-se dos resultados positivos das transformações ocorridas;" (p. 59, grifos nossos). (\*)

Em termos de estratégia de atuação (item 4, p. 60) o projeto prevê não só a ação governamental no sentido de "corrigir as distorções que o funcionamento do sistema amazônico apresenta..." (p. 60), como a formulação de uma "...base segura para orientar os investimentos privados em setores e produtos prioritários" (idem), sob o parâmetro da "... MAIOR RACIONALIDADE NO USO DOS RECURSOS E MAIOR INTERNALIZAÇÃO POSSÍVEL DOS FRUTOS DO DESENVOLVIMENTO" (p. 60, grifos do texto).

Concretamente, as ações de planejamento estão previstas e organizadas em diferentes escalas espaciais e em ordem de prioridade, nas categorias de Programas Regionais de Interesse Nacional/Regional, no qual se insere, dentre outros, o "Programa de Apoio aos Municípios de Fronteira", o "Programa Regional de Reforma Agrária" e o "Programa Regional de Levantamentos Básicos"; de Programas Sub-Regionais de Interesse Nacional/Regional, sob a qual se agrupam o PMACI, o "Projeto Calha Norte", o PLANACRE e o PDRI do Amazonas, Acre e Roraima; e a de Programas Inter-Regionais de Interesses Comuns à Amazônia e Centro-Oeste,

---

(\*) Para uma crítica interessante da idéia de "efeitos" e "impactos", ver SIGAUD, 1986 (a).

dentre os quais se acha citado o POLONOROESTE.

Como dito acima, o texto sô não menciona explicitamente a problemática indígena quando se refere ao PDRI, ao "Programa de Apoio aos Municípios de Fronteira" e ao Programa Regional de Reforma Agrária, o que não significa que não existam relações óbvias (ver Mapas ), além das que se acham referidas no próprio texto, em outros pontos.

Assim, quando se fala das estratégias setoriais, no que se refere a colonização o texto menciona a intenção de apoiar "... ações localizadas espacialmente nas áreas dos programas regionais e sub-regionais que venham consolidar a implementação dos Planos Regionais de Reforma Agrária" (p. 77), destacando ações relativas ao reassentamento de populações rurais, dentre as quais aqueles de populações localizadas em áreas indígenas.

No que se refere ao Programa de Apoio aos Municípios de Fronteira (p. 117/119) o texto diz

"A Amazônia brasileira limita-se, territorialmente, com a Guiana Francesa, Suriname, República Cooperativa da Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Sua faixa de fronteira, superior a 11.000 km, constitui um aspecto da mais alta relevância, do ponto de vista geopolítico.

Trata-se de áreas que, além do aspecto de segurança e soberania nacional, se destacam por estarem enquadradas ou possuírem o caráter de zona pioneira (áreas de fronteira agrícola, extrativa e de mineração) e, portanto, sujeitas a um processo de ocupação mais rápida e, de certa forma, incontrolado.

(...)

O Programa traça uma estratégia que, de um lado, procura reforçar os aspectos de soberania e controle efetivo do patrimônio nacional e, de outro lado, pro

tende tornar as fronteiras um lugar capaz de atrair colonos e empresários dos eixos tradicionais de imigração, como forma de aumentar a circulação econômica das riquezas. (Grifos nossos)

O programa conta com recursos da ordem de Cz\$ 680 milhões para o período de vigência do plano, dos quais se acham excluídos os recursos do Programa Calha Norte, tem como objetivo fomentar o desenvolvimento de diversos municípios que se acham subdivididos em três categorias. A primeira delas, áreas ocupadas de interesse especial abrange (das regiões aqui selecionadas), os municípios de Tabatinga e Benjamin Constant (AM), Brasiléia e Cruzeiro do Sul (AC); a segunda categoria, áreas ocupadas ou semi-ocupadas, de baixo dinamismo econômico-social, porém, com recursos naturais relevantes e caráter de zona pioneira potencial, inclui os de Bonfim (RR) e Plácido de Castro (AC); a terceira, áreas semi-ocupadas ou áreas com possibilidades de ocupação a médio prazo, destaca os municípios de Pacaraima e Normandia (RR); Jauanete, Japurá, São Gabriel da Cachoeira e Atalaia do Norte (AM), Mâncio Lima e Assis Brasil (AC).

Uma consulta ao quadro Municípios/Terras Indígenas demonstra a repercussão de tais ações em termos da população indígena, que não deve ser pensada, para a região, sob um fictício isolamento regional.

É também com preocupações marcadamente geopolíticas que se propõe o Projeto Calha Norte:

"O Projeto Calha Norte é um programa especial, que objetiva o desenvolvimento e a segurança nacional de áreas situadas ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, compreendendo 3 espaços diferenciados. O primeiro, abrange a faixa de fronteira que

vai de Tabatinga-AM ao Oiapoque-AP e, para efeito de programação e ação imediata, é eleita como área preferencial. O segundo espaço é definido pela orla ribeirinha dos rios Solimões, Amazonas e seus principais afluentes, onde se localizam a economia e a sociedade pré-existentes. Finalmente, o terceiro espaço, é constituído pelo chamado núcleo interiorano.

As ações governamentais preconizadas, no referido projeto, estão orientadas para as seguintes linhas de ação:

- . Ampliação e melhoria das instalações militares de fronteira;
- . Demarcação de fronteiras;
- . Demarcação e desenvolvimento de comunidades indígenas;
- . Ampliação da infra-estrutura básica;
- . Desenvolvimento de relações bilaterais, em termos de comércio e cooperação técnica;
- . Ampliação da oferta de recursos sociais básicos;
- . Interiorização de pólos econômicos.

As aplicações programadas, para o período 1986/1989, estão orçadas em Cz\$ 641.730.000,00."(p. 128-129, grifos nossos).

Esta mesma retórica é acionada pelo "Projeto de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas" Programa Calha Norte (FUNAI, 1986), que dentro dos quadros mais gerais deste projeto, prevê a ampliação da "... assistência prestada pela FUNAI aos silvícolas que habitam a faixa de fronteiras e que vivem à mercê de elementos estranhos ao quadro de pessoal desta Fundação." (FUNAI, 1986:2)

Com isto supõe a FUNAI, seria possível levar

"aos grupos indígenas daquela faixa de fronteiras os meios básicos de que necessitam para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico, numa tentativa de colocá-los em igualdade de condições, no que tange à participação nos benefícios (...) do desenvolvimento regional e nacional." (FUNAI, 1986:2).

De fato, o discurso que articula índios e fronteiras tem origens remotas, tendo sido assumido (mesmo que redefinido) como característico dos estamentos militares ao menos desde a Guerra do Paraguai, organizando práticas como a de instauração pelo SPI de postos indígenas de fronteira, ainda hoje existentes (cf. OLIVEIRA, 1947 e VASCONCELOS, 1939).

O objetivo primordial do PMACI e sua ação frente às populações indígenas, tange-se a minimizar os "impactos" produzidos pela pavimentação da BR-364 (Porto Velho-Rio Branco), articulando-se ao PLANACRE, que prevê a "elaboração de um programa de desenvolvimento para o Estado, visando, inclusive, estabelecer metas e linhas de ação a serem executadas em áreas indígenas, áreas de preservação e conservação, bem como no que se refere às endemias tropicais e/ou zoneamento dos recursos naturais" (p. 130), com a posterior implementação dos projetos formulados.

O POLONOROESTE, de interesse apenas relativo ao Sudeste do Acre, pretende promover a ocupação econômica e demográfica ordenada da área de influência da rodovia Cuiabá-Porto Velho, além da "preservação do sistema ecológico e da proteção das comunidades indígenas" (p. 134).

Toda a movimentação em curso para a região faz prever um acirramento das tensões, com a implementação de ações conflitivas pelos variados grupos indígenas e por distintas categorias de agentes, ao nível, da cena local, que a tornam locus privilegiado para o estudo da temática das organizações in

dígenas enquanto dado prioritário de um estudo sobre terras indígenas.

De fato, os grupos que se acham aí alocados sofrem já a intensificação das pressões por parte de diferentes agentes, configurando-se situações em que a larga amplitude dos riscos potenciais faz prever conflitos de grandes proporções, sobretudo na medida em que os mesmos detêm, na maioria dos casos, a posse efetiva sobre as terras que ocupam.

Em duas regiões que aqui estão referidas, i.e., as do Rio Negro e do território de Roraima, os interesses nas terras indígenas acham-se em grande parte vinculados à existência de minérios em áreas de posse dos grupos indígenas.

A situação é particularmente tensa na AI Alto Rio Negro (AM). Trata-se de área em que se entrecruzam interesses diversos, que acabam por ameaçar perigosamente, ao colocá-los no centro dos conflitos, aos grupos indígenas aí presentes. De um lado, encontra-se o grupo Paranapanema, representado pela Mineradora Rio Marmelos, que já tem aprovados pelo DNPM, um total de 14 alvarás de pesquisa mineral, perfazendo uma extensão de 138.437 ha totalmente incidentes na área (CEDI, 1986:19-20). De outro, acham-se os garimpeiros reunidos sob a Associação de Garimpeiros da Amazônia, presidida por José Altino Machado, pressionados freqüentemente pelo grupo Paranapanema, este apoiado mesmo por firmas de segurança privada, como a SACOPAN.

O próprio Exército, em ação conjunta com a Polícia Federal, tem efetuado operações na área, no sentido de retirar os garimpeiros e dar garantias à Paranapanema.

Colocados entre os lados conflitantes, os índios têm

preferido se aliar ao grupo minerador, na medida em que este tem se comprometido a e efetivamente pressiona o Estado no sentido de demarcar parte das áreas que os índios reivindicam, bem como tem garantido a possibilidade de que estes continuem a desenvolver seus garimpos em outras regiões.

Foi com o apoio da Parapanema que uma comissão de lideranças da área se deslocou a Brasília, no mês de junho do presente ano, para realizar gestões rumo à demarcação, tendo esbarrado com os obstáculos, em última instância, promovidos pelas pressões do Conselho de Segurança Nacional. Trata-se da posição que justifica a não-demarcação, pelas necessidades de segurança nacional, das regiões de fronteira e que pretende demarcar colônias agrícolas (em que aldeias indígenas e vilarejos brancos se reuniriam numa mesma configuração) antes que áreas indígenas.

Não muito diferente é o caso do território de Roraima, em que perto de 50% das terras são de posse de grupos indígenas, e em que a situação de usurpação territorial ganha foros de legalidade com a criação de municípios com o fim precípuo de "grilagem" ou a instalação de sedes municipais em áreas indígenas. O caso de algumas das terras Macuxi, situadas no meio de fazendas, é particularmente grave.

Também neste caso a mineração joga um peso fundamental, com um número total de 51 alvarás aprovados para todo o território, 26 dos quais para a TI Yanomami, cifra que inclui sua porção no estado do Amazonas (CEDI, 1986:9). Deve-se considerar, ainda, que parte substancial dos recursos do Projeto Calha Norte estão aí alocados.

Da mesma maneira, a situação atual das áreas Tikuna no Alto Solimões faz prever riscos consideráveis de atritos sérios. Das oito áreas Tikuna, quatro foram juridicamente reconhecidas pelos Decretos nº 92.553/86 (AI São Leopoldo); nº 92.554 (AI Feijoal); nº 92.555 (AI Bom Intento) e nº 92.556 (AI Santo Antonio). As demais áreas, que perfazem a maior parcela territorial a ser demarcada e onde se situam os territórios tradicionais do grupo, acham-se em suspenso, também submetidas à interdição do C.S.N., por situarem-se na "faixa de fronteira".

A regularização jurídica não põe fim, no entanto, aos atritos entre índios e brancos na região. É assim que incentivados por atravessadores locais, alguns posseiros que residem dentro ou nas cercanias destas áreas, começaram a praticar intenso desmatamento das partes florestais lá existentes. Da AI Bom Intento, situada em uma ilha e com apenas 700 hectares, moradores de Benjamin Constant derrubaram 85 árvores de madeira branca, em maio deste ano. Na AI Santo Antonio, as denúncias implicam os irmãos João e Daniel Bittencourt, moradores nas imediações, na derrubada de 27 árvores. Na AI São Leopoldo, o chefe indígena Leonílio denuncia a extração de 600 toras de madeira, para o mesmo período.

Dadas a extraordinária rentabilidade da atividade (o metro cúbico de madeira branca custando 80 cruzados, em maio, as árvores derrubadas tendo entre 10 e 20 metros de altura) e a passividade da FUNAI local, é de temer que tais ações recrudescam, enfrentando uma crescente irritação e resistência dos índios que já apreenderam diversas árvores e toras de madeira.

Em maio, por duas vezes, uma comissão indígena comunicou tais fatos à Polícia Federal em Tabatinga, sem qualquer resultado.

No mesmo mês, duas mortes de índios por brancos contribuíram para exacerbar as tensões, casos em que a FUNAI nada fez para resolver judicialmente a questão, ou mesmo dando conta aos índios das providências tomadas ou acalmando os ânimos.

Desde as últimas notícias relativas à interdição das áreas consideradas na "faixa de fronteira" e com os conflitos descritos acima, as lideranças tradicionais refluíram a suas aldeias de origem mantendo a firme determinação de defenderem suas terras a quaisquer custos e desintrusarem-nas ainda que sem o concurso da FUNAI e do INCRA.

Cabe ainda lembrar que todas essas áreas apresentam organizações representativas das comunidades indígenas, existindo duas cooperativas indígenas na área do Alto Rio Negro, um conselho de tuxauas em Roraima, e um conselho indígena no Alto Solimões. Tal é, também, o caso do Acre em que os grupos indígenas se acham aglutinados em torno de um regional excepcionalmente representativo da União das Nações Indígenas.

Muito diferente, senão radicalmente oposta, é a situação do Nordeste. Como já se disse, os grupos da região começam por definir sua luta em termos de obterem do Estado tutor, através do órgão indigenista, o reconhecimento de sua indianidade, o que no caso da região amazônica acha-se dado pelos próprios planejamentos estatais.

Esse reconhecimento foi durante muito tempo negado

aos grupos situados no Nordeste, já que, se remontarmos aos inícios da proteção oficial, veremos que só na década de 1930 o Serviço de Proteção aos Índios instalaria seus primeiros postos indígenas na região. Nos primeiros anos de sua existência, quando ainda se achava aglutinando as tarefas de proteção aos índios e de localização de trabalhadores nacionais (cf. LIMA, 1985), a ênfase dada à região era a de instalação de "centros agrícolas", unidades de ação deste último aspecto do serviço cuja atividade última era a "educação agrícola" da população "mestiça" do interior do país (cf. LEITE & LIMA, 1986).

A região, por sua vez, não é definida como prioritária pelo Estado, não sendo tampouco das que recebe maiores ênfases em termos de planejamento fundiário.

Por outro lado, a própria cristalização da estrutura agrária no Nordeste coloca problemas grandes à mobilização indígena, chamando a atenção à extrema opressão à qual estão submetidos os povos desta região, frente ao poder dos proprietários.

Um indício importante, neste sentido, é fornecido pela Dra. Lygia Sigaud em trabalho recente sobre a violência contra trabalhadores rurais, e sua transformação em objeto de disputa para o movimento camponês. Trabalhando sobre dados da CONTAG, do Movimento dos Sem Terra e da Secretaria de Conflitos Agrários, do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, acerca de assassinatos de trabalhadores no campo, Sigaud aponta:

"Essa violência, cujos efeitos se procurou aqui apontar tem sido registrada em todo o país, a julgar pelos relatos contidos nos levantamentos e pelos dados sobre assassinatos. Observa-se, no entanto, uma concentração considerável de violências com mortes (mais de 50%) em áreas de expansão da fronteira agrícola, como Pará, com 246 casos, Maranhão, com 121 casos, Bahia, com 87, Mato Grosso, com 59 casos, Goiás, com 57 casos e Minas com 51 casos. A única exceção é justamente Pernambuco, com 68 casos. Lá a violência está concentrada na região de ocupação mais antiga, a Zona da Mata, área onde ocorreram quase todos os assassinatos do ano de 1985. Se na fronteira, a violência atinge preferencialmente pequenos produtores sem título de propriedade (posseiros), na Zona da Mata ela atinge trabalhadores assalariados." (SIGAUD, 1986(b):9).

Trabalhando sobre o processo de singularização da violência, e sua constituição em objeto de luta, a autora enfatiza a importância da região em termos de mobilização política camponesa, onde em 1979 se realizou a primeira greve expressiva no campo, desde o período de 1964, data que marca, também, os crescentes registros sobre a violência, a qual se amplia independente das greves que voltariam a acontecer. Sobretudo, dado fundamental para esta proposta de trabalho, afirma que:

"A violência contra os trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco, tem atingido sobretudo as lideranças e excetuando-se as mortes, que têm sido contabilizadas, assume proporções que escapam até mesmo aos próprios dirigentes sindicais." (SIGAUD, 1986(b):14).

Estes elementos podem ser tomados como sugestivos para se pensar a questão da mobilização indígena no Nordeste no sentido de obterem o reconhecimento da sua indianidade bem como de suas terras, fortemente intrusadas na maioria das vezes, alguns casos surgindo já como relevantes à análise, como os

dos Tapeba de Caucaia (CE), dos Wassu (AL), dos Pankararé (BA) ou dos Potiguara (PB), cuja continuidade da análise deverá a contecer.

#### 4. REALIZAÇÃO DO TRABALHO

Como se disse acima, a implementação dessa pesquisa pressupõe que a equipe fixa do projeto atue como capacitadora de outros elementos, provenientes da rede indigenista, que se disponham a realizar trabalhos de caráter etnográfico, demanda já sabidamente existente e não satisfeita pelos canais de formação de quadros disponíveis aos colaboradores. Isto seria feito através de dois mecanismos básicos.

O primeiro seria o recebimento de agentes envolvidos em trabalho indigenista de área, na qualidade de estagiários, por um período em torno de dois e três meses, em número não superior a dois por vez, repassando-lhes, através de programas especiais de estudo e acompanhamento, conteúdos da Antropologia no sentido de fundar uma observação etnográfica controlada que permita uma reflexão sistemática sobre o trabalho desenvolvido. Pensa-se, primordialmente, em conteúdos relativos à análise da estrutura social e da cultura de grupos indígenas, bem como para a análise política local. Em termos mais amplos seriam fornecidos, ainda, elementos relativos à organização de documentos, de significativa importância tanto para esta pesquisa como para a ação política desses agentes.

O segundo seria, através da realização de cursos de extensão (atividade tradicionalmente desenvolvida pelo Museu Nacional), e de seminários sobre temas específicos, abertos tanto à rede de colaboradores quanto ao público acadêmico — sobretudo à faixa de graduandos — vulgarizar alguns dos conhecimentos obtidos e pontos relativos às questões aqui abordadas.

De fato os dois mecanismos deveriam se cruzar compo<sup>n</sup>to um mes<sup>m</sup>o trabalho.

Paralelamente, dar-se-ia continuidade à formação, ao nível de pós-graduação, não só dos elementos já engajados na pesquisa como daqueles que poderão vir a se vincular ao esfor<sup>ço</sup> da equipe por meio da formação regular no PPGAS através, por tanto, de recursos outros que os aqui demandados.

Tais processos permitiram não apenas a vulgarização dos conhecimentos obtidos e sistematizados pela equipe do Pro<sup>j</sup>eto, mas a própria constituição científica de uma problemáti<sup>ca</sup>, através das teses de mestrado e doutorado de seus membros, e de outros que venham a se engajar neste processo de reflexão intelectual, cumprindo ainda a função de repasse de informações à rede de colaboradores.

Em termos do que tem sido a preocupação do trabalho até o presente momento, isto é, a produção de uma sistemática de coleta de informações, e de instrumentos de pesquisa de cor<sup>te</sup> nacional, como a listagem de terras indígenas, espera-se que o envio do material às áreas permita a troca de informações e o recebimento de documentação que deverá ser compulsada, inse<sup>ri</sup>da em arquivo e computadorizada.

Neste sentido, a informatização do acervo é uma das primeiras tarefas a serem realizadas, de forma a permitir, co<sup>m</sup>o dito acima, a produção de "dossiês" por área que, sob a for<sup>ma</sup> de listagens alfabéticas, viabilizem o fornecimento de qual<sup>quer</sup> informação básica demandada. Ela seria instrumental, tam<sup>b</sup>ém, para a realização de cronologias da FUNAI, já que se pro<sup>te</sup>nde poder resgatar todos os documentos através das chamadas

mês e ano.

A coleta de informações específicas deverá se reali-  
zar, porém, voltada mais detidamente para as áreas aqui destaca-  
das, o que demandará a realização de estudos de campo pela e  
quipe do Projeto, a articulação de redes de informantes locais,  
implicando na realização de "surveys", em que se combinem não  
apenas técnicas de pesquisa próprias à Antropologia, mas tam-  
bém aquelas que têm sido empregadas de forma mais sistemática  
pela Sociologia. Será deste ângulo — do conhecimento local  
— que se produzirá, agora, a análise de políticas públicas a  
qual, restrita à análise do processo de regularização fundiá-  
ria nesta primeira etapa, foi até aqui apreendida sob seus as-  
pectos mais gerais.

## 5. CRONOGRAMA

Dada a natureza das propostas aqui formuladas não se pretende fechar um cronograma rígido para três anos de trabalho, o que significa, fatalmente, sua não realização. Assim, a idéia é estabelecer, semestralmente, cronogramas mais realistas que sirvam de fato à previsão das atividades a serem desenvolvidas e ao planejamento para uma produção integrada.

Para os primeiros seis meses de realização, supostamente a contar a partir de janeiro de 1987, estariam programadas tanto atividades de fechamento de processos de pesquisa iniciados dentro do presente projeto, como a conclusão de textos que venham a porventura ultrapassar o período de vigência desta dotação. Tal material deverá vir a ser publicado sob diversas formas ainda no mesmo semestre inicial do próximo ano, sendo sua atividade de edição um objetivo a ser alcançado no período.

Paralelamente, deverá ser concluído o envio do material para as áreas e, crê-se, iniciado o atendimento a possíveis consultas. Para tanto o processo de informatização do acervo deverá, também estar sendo efetuado, realizando-se, assim, os seus primeiros testes e correções à luz das necessidades concretas colocadas pela demanda de informações.

Ainda para o período, prevêem-se os primeiros passos na coleta de documentação e análise de ideologias e políticas públicas, encompassadores das grandes linhas dos desenvolvimentos propostos para a região, notadamente pensa-se em realizar um estudo sobre o discurso militar no que se refere à relação

entre índios e fronteiras territoriais.

Se estas são as atividades de antemão programadas, seu próprio desenvolvimento deverá determinar desdobramentos.